

constituído pelos licenciados Jorge Manuel Rodrigues Umbelino e Maria Teresa Lourenço da Silva Leal.

25 de Outubro de 2005. — O Secretário de Estado do Turismo, *Bernardo Luís Amador Trindade*.

Despacho n.º 23 402/2005 (2.ª série). — 1 — Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 79/2005, de 15 de Abril (Lei Orgânica do XVII Governo Constitucional), e do disposto nos artigos 36.º a 41.º e 137.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, no uso da competência que me foi delegada pelo Ministro da Economia e da Inovação no despacho n.º 13 027/2005, de 25 de Maio, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 112, de 14 de Junho de 2005, subdelego no conselho directivo do Instituto do Turismo de Portugal (ITP) a competência para a prática dos seguintes actos:

- Prorrogar o prazo para a realização material e financeira de projectos de investimento seleccionados no âmbito do Sistema de Incentivos Financeiros ao Investimento no Turismo [SIFIT (III)], nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 8.º do regulamento aprovado pela Portaria n.º 486/94, de 4 de Julho;
- Renegociar os contratos de concessão de incentivos celebrados no âmbito do Programa Operacional de Economia, nos termos do n.º 4 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 70-B/2000, de 5 de Maio;
- Autorizar despesas eventuais de representação de serviços bem como as de carácter excepcional até ao limite de € 4988;
- Adoptar regimes especiais de descanso semanal, nos termos do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto;
- Autorizar a prestação de trabalho extraordinário, nos termos do previsto na alínea d) do n.º 3 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto;
- Autorizar as licenças sem vencimento por um ano e as licenças sem vencimento de longa duração, bem como o regresso dessas situações, nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 76.º, no n.º 2 do artigo 78.º e no n.º 3 do artigo 82.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março;
- Autorizar a inscrição e a participação de funcionários em estágios, congressos, reuniões, colóquios, cursos de formação ou outras iniciativas semelhantes que ocorram fora do território nacional;
- Autorizar a equiparação a bolseiro fora do País, nos termos do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 272/88, de 3 de Agosto;
- Autorizar a acumulação de funções públicas remuneradas nos casos previstos nas alíneas b), c) e d) do n.º 2 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 407/91, de 17 de Outubro, bem como das não remuneradas, previstas no n.º 6 do mesmo artigo.

2 — O presente despacho produz efeitos desde a data da sua assinatura, ficando ratificados todos os actos que, no âmbito das competências ora subdelegadas, tenham sido praticados, desde 16 de Maio último, pelo conselho directivo do ITP em exercício, constituído pelos licenciados Orlando Pinto Madeira Carrasco, Frederico de Freitas Costa e Maria José Martins Catarino.

25 de Outubro de 2005. — O Secretário de Estado do Turismo, *Bernardo Luís Amador Trindade*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto,
da Agricultura e das Pescas

Despacho n.º 23 403/2005 (2.ª série). — Dou por findo o desatamento para o desempenho de funções de apoio neste Gabinete da técnica profissional de 1.ª classe Maria Dulce Pinto Matias do quadro de pessoal da Secretaria-Geral deste Ministério, para as quais tinha sido nomeada pelo meu despacho n.º 8823/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 78, de 21 de Abril de 2005.

O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

31 de Outubro de 2005. — O Secretário de Estado Adjunto, da Agricultura e das Pescas, *Luís Medeiros Vieira*.

Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho

Despacho n.º 23 404/2005 (2.ª série). — Por despacho de 3 de Janeiro de 2005 do director regional de Agricultura de Entre Douro e Minho, foram nomeados para cargos dirigentes os seguintes funcionários:

- José Francisco Pereira Botelho — director de serviços de Fiscalização e Controlo da Qualidade Alimentar.
 Maria Cristina Araújo Almeida — chefe da Divisão de Associativismo e Renovação do Tecido Produtivo.
 David Maia Fernandes Santos — chefe da Divisão de Qualificação Profissional.
 Mónica Lamolinaire Paraty Barbosa — chefe da Divisão de Fiscalização dos Produtos de Origem Animal.
 António José da Silva Vivas — chefe da Divisão de Controlo Fitosanitário.

Estas nomeações foram objecto de interposição de recursos hierárquicos, que, por despacho do Secretário de Estado Adjunto, da Agricultura e das Pescas de 29 de Julho de 2005, vieram a merecer provimento, tendo sido anulado o respectivo despacho de nomeação.

Considerando que os funcionários acima identificados asseguram as suas funções em regime de gestão corrente desde 29 de Julho de 2005;

Considerando que, nos termos do n.º 4 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, a gestão corrente não pode exceder o prazo de 90 dias;

Nomeio para o exercício dos cargos indicados, com efeitos a partir de 28 de Outubro de 2005, em regime de substituição e ao abrigo do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, os referidos funcionários da Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho, considerando que reúnem experiência profissional e competência técnica adequadas aos cargos para que são nomeados.

26 de Outubro de 2005. — O Director Regional, *António J. Vieira Ramalho*.

Nota curricular de José Francisco Pereira Botelho

Director de serviços de Fiscalização e Controlo da Qualidade Alimentar

1 — Dados pessoais:

Nome — José Francisco Pereira Botelho;
 Data de nascimento — 19 de Janeiro de 1957;
 Naturalidade — Mondim de Basto.

2 — Habilitações:

2.1 — Académicas — licenciatura em Economia.

2.2 — Profissionais:

- Curso «A informática nas organizações», organizado pela DGE-FAP;
- Curso «Formação pedagógica de formadores», organizado pela DRAEDM;
- Curso «Formação de formadores em desenvolvimento regional», organizado pelo IDARN;
- Curso «Auditores internos de sistemas de gestão (qualidade e ambiente)», organizado pela Ordem dos Engenheiros;
- Curso «Qualificação de produtos e modos de produção tradicionais», organizado pelo Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica;
- Curso «Relações interpessoais», organizado pela DRAEDM;
- Curso «Gestão moderna», organizado pela DRAEDM;
- Seminário «O cooperativismo, o sector leiteiro e o desenvolvimento rural», organizado pela Cooperativa Agrícola de Vila do Conde;
- Seminário «Desenvolvimento local, cidadania e economia social», Presidência Portuguesa da União Europeia (Trabalho e Assuntos Sociais).

3 — Experiência profissional:

- 1988 — nomeado técnico superior de 2.ª classe da carreira de técnico superior, por despacho do Secretário de Estado da Agricultura, do quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho;
- 1989 — nomeado, em comissão de serviço, chefe de divisão, por despacho do Secretário de Estado da Agricultura, do quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho;